



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Acta n.º 285** -----

----- Aos seis dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "*Apreciação do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Deputado Municipal Tiago Pereira Coelho, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do Artigo 10.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*";-----

----- Ponto dois: "*Apresentação, discussão e votação da terceira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA*";-----

----- Ponto três: "*Apresentação, discussão e votação da segunda Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA*";-----

----- Ponto quatro: "*Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento do QREN-EQ, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 2, do Artigo 3.º do RAMA*";-----

----- Ponto cinco: "*Tomar conhecimento do parecer emitido pelo Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município, nos termos da alínea d), do n.º 3, do Artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais*".-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas quinze horas e seis minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Isabel Cristina da Silva Gonçalves – GM do PS;-----
- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado Municipal, do indicado Grupo Municipal (GM):-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS.-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD - PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD - PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----
- • Maria Dulcínea da Silva Dias Ferreira Nogueira – PPD/PSD – Vereadora;-----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----
----- Declarada aberta a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Anadia de seis de Dezembro, de imediato, e antes de dar início ao período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário algumas questões como nota prévia. Primeiramente, informou da comunicação remetida pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Manuel Baptista Veiga, dando conhecimento de que não poderia estar presente naquela sessão e solicitando, também, a sua substituição pelo Senhor Secretário da Junta de Freguesia, Manuel Martins Loureiro.-----
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu igualmente a conhecer da comunicação remetida pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, André Miguel Matos Beja Henriques, a informar de que não poderia estar presente na sessão por motivos profissionais, não apresentando substituição.-----
----- Colocadas as questões relativas às presenças dos Senhores Deputados, deu início ao período da ordem do dia, e ao seu primeiro ponto: *“Apreciação do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Deputado Tiago Pereira Coelho, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do Artigo 10.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)”*.-----
----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho, por razões da sua vida particular e profissional, solicitou a sua suspensão de mandato até ao final do mês de Janeiro de dois mil e doze, de acordo com o estabelecido, quer na lei geral, quer no Regimento da Assembleia Municipal. Nesses termos, recordou que competia à Assembleia Municipal, e de acordo com o seu Regimento, aceitar ou não aquele pedido de suspensão temporária de mandato.-----
----- Não vendo qualquer solicitação para intervir no âmbito da discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação.-----
----- Finda a votação do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade dos presentes, e por maioria da Assembleia, não se encontrando presentes na sala os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Rafael Timóteo, Carlos Oliveira, Francisco Saraiva, Guilherme Andrade e Henrique Lameirinhas, e do Grupo Municipal do PS, Mónica Lousado e André Henriques. Resultado da votação, informou que o Senhor Deputado Tiago Pereira Coelho passaria a estar substituído, até trinta e um de Janeiro de dois mil e doze, pela Senhora Isabel Cristina da Silva Gonçalves, que já vinha estando presente em anteriores sessões, não se justificando, assim, a sua identificação.-----
----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um da ordem do dia.-----
----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto dois da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da terceira revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exercício dois mil e onze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA”.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente depois de cumprimentar os presentes, começou por referir que do ponto em discussão, constava uma revisão orçamental ao Plano e Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos do Município de Anadia. Explicou, assim, que como seria do conhecimento de todos os Senhores Deputados, uma das principais razões para tal acontecer se prendia com o facto de terem sido reajustados os financiamentos do QREN e, também, com o facto de as obras que tinham sido indicadas nas empenhadas por um determinado montante, que cabia naturalmente à Câmara Municipal, terem sido reduzidas, passando, algumas delas, de setenta para oitenta por cento, e em certos casos, como o do Velódromo, para oitenta e cinco por cento. Sublinhou, então, que uma vez que tal implica efectivamente números completamente diferentes, os mesmos não poderiam naturalmente constar do orçamento, e daí estar a propor aquela revisão precisamente para os tirar do orçamento, por não se tratar de despesa do Município.-----

----- Continuando, referiu não ter sido aquela a única razão para proceder a uma revisão orçamental. Explicou, assim, que também o valor das candidaturas, uma vez empenhadas as obras, veio demonstrar que a Câmara Municipal conseguia realizá-las por um valor inferior, referindo-se, em particular, ao saneamento de Couvelha, em que as obras ficaram aquém daquilo que estava indicado nas candidaturas.-----

----- Pelo atrás exposto, concluiu que tudo aquilo tinha resultado numa diminuição no orçamento que, por força da lei, implicava naturalmente rever, não deixando de referir que outras empenhadas houve que não puderam inclusivamente avançar porque a parte burocrática não funcionou como seria desejável. Nessa medida, explicou que a Câmara Municipal de Anadia tinha por princípio fazer as obras sem qualquer pressa, para não passar por grandes sobressaltos e, muito menos, criar problemas com empreiteiros, ou com a própria lei, como era o caso do visto do Tribunal de Contas, que concluiu ser para a Câmara Municipal condição primeira para que essas obras possam avançar.-----

----- A terminar, referiu que a Câmara Municipal tinha tido esse cuidado e, portanto, tinha havido uma redução num valor global que, de acordo com a proposta do Município, era de cinco vírgula quatro milhões de euros.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que apesar de compreender o que tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, não compreendia a redução proposta para praticamente todas as áreas, ou para muitas das rubricas do plano. Referiu, assim, que estavam a ser transferidos para dois mil e doze, com aquela alteração ao plano, quase cinco



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões e meio de euros, o que queria dizer que, mais uma vez, e como os Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular vinham constantemente dizendo, a população ficaria afectada, por se tratar de investimento que estava previsto e não tinha sido feito. Não deixou, no entanto, de acrescentar que se fosse atempadamente, podia ser reforçado noutras obras em que provavelmente as Juntas eventualmente ou outras zonas da Cidade teriam necessidade.----

----- Além disso, referiu que aquela medida se ira reflectir, claro, naquela data, depois na execução do plano, na medida em que estavam a ser retirados dali cinco milhões e quatrocentos mil euros de receita de obras que deviam ser realizadas no presente ano, um valor que depois não vai entrar aquando da apresentação do balanço anual, porque entretanto transitou para dois mil e doze. Portanto, e a concluir, sublinhou que continuava a não ser executado o que era proposto.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e sem haver indicação de qualquer outro pedido de intervenção, naquele período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e passou à sua votação.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Terceira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze, apresentada nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, um voto contra do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e seis abstenções dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e de um dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto três da mesma, *"Apresentação, discussão e votação da segunda revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício dois mil e onze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA"*.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que aquele ponto tinha uma explicação semelhante à do anterior, embora se referisse quase exclusivamente à área do saneamento. Nessa medida, explicou, portanto, que também todos aqueles acordos, aquelas revisões de posição, quer do POVT, quer da CCDD, tinham decorrido há muito poucos dias, reportando-se o reajustamento daquelas verbas a Outubro.-----

----- Comentando que a reprogramação não se efectua de um dia para o outro, explicou que, além disso, se tratava, efectivamente, de, mais uma vez, proceder aos reajustamentos a que estavam obrigados quando começaram a apresentar a concurso as respectivas candidaturas, no



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se refere exactamente ao grande programa do POVT, e que viria com certeza, também, afectar toda a actividade dos Serviços Municipalizados, dado ser uma área da sua competência.-

----- Portanto, e a concluir, referiu não se ver qualquer interesse em movimentar este dinheiro, mas, sim, em ele ficar disponível para ser recalendarizado em outros investimentos que venham efectivamente a ser tomados como necessários no próximo ano, e no próximo orçamento, que disse encontrar-se em fase de execução para, em breve, ser submetido à consideração dos Senhores Deputados.-----

----- Aberto o período de discussão do ponto três da ordem do dia, e para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular disse pretender, antes de mais, um esclarecimento relativamente ao que era apresentado no Plano de Investimentos. Referiu-se, em concreto, a uma modificação para menos de cento e noventa e sete mil euros, quando depois no equilíbrio eram transferidos somente cento e trinta e sete mil euros, perguntando pelos outros sessenta mil. Reforçando a sua questão, constatou a existência de uma modificação de menos cento e noventa e sete mil euros, ficando cinquenta e oito mil como dotação corrigida e, depois, indo a esse total dos cinquenta e oito mil, conclui a existência de cento e dezassete para dois mil e doze, mais vinte mil para dois mil e treze. Assim, a finalizar, disse que gostaria de perceber aquela questão, na medida em que o resultado era cento e trinta e sete mil, muito longe dos cento e noventa e sete mil que estavam a ser transferidos.-----

----- Para prestar o esclarecimento solicitado pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, depois de conferenciar os números com a Senhora Vice-Presidente, explicou que em termos de modificação do orçamento, os números estavam correctos, com cento e noventa e sete mil euros de um lado e igual valor do outro. Não deixou, no entanto, de reconhecer que se for consultado o mapa de que o Senhor Deputado Sidónio Simões falou, e onde disse faltarem sessenta mil euros, nesse documento não tinha de aparecer exactamente aquele número. Não obstante, também disse que o número não desaparecia, mas adiantou que haveria por certo, uma razão para que aqueles sessenta mil euros lá não estivessem descritos, provavelmente porque nem não tinha, nem podia, ser ali representado. O essencial, rematou, era que o documento referisse exactamente a receita e a despesa e que estava efectivamente equilibrado.-----

----- Referiu, ainda, não ter uma resposta efectiva para dar ao Senhor Deputado, por se tratar de um assunto que pertencia à contabilidade. Mas não deixou de referir, também, que a contabilidade tinha elaborado o documento de acordo com o que a lei determina, até porque aqueles números, a estarem errados, eram logo verificados, tal como o Senhor Deputado tinha verificado a diferença.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Portanto, rematou, dizendo que o que ali estava realmente em causa era que a revisão previa uma modificação na despesa e uma modificação na receita, que eram efectivamente iguais. Quanto ao resto, e a haver algo a explicar no futuro, declarou que os serviços se encontrariam disponíveis para dizer onde se encontravam inscritas aquelas verbas.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado referiu que continuava sem estar esclarecido, por se tratar de rubricas das GOP e a coluna dois mil e doze dois mil e treze devia reflectir o financiamento definido que estava a ser retirado. Acrescentou, portanto, que a soma da coluna de dois mil e doze com dois mil e treze devia ser precisamente igual ao que era diminuído, porque todas as rubricas estavam ali explicitadas, uma a uma. Logo, os cento e noventa e sete mil deviam estar equilibrados com dois mil e doze e dois mil e treze, que não estavam. Concluiu, assim, que havia qualquer coisa que tinha falhado, porquanto para fazer os cento e noventa e sete mil, as rubricas estavam todas descritas, as reduções estavam todas e a passagem para anos seguintes também.-----

----- Não havendo mais intervenções solicitadas no âmbito da discussão do terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu esse período de discussão por encerrado e submeteu o ponto à votação do Plenário.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Segunda Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de dois mil e onze, apresentada nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Aguim e de Mogofores, três votos contra dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e quatro abstenções dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, encontrando-se presentes na sala trinta e quatro Senhores Deputados e a faltar os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Mónica Rita Pimenta Lousado e André Miguel Matos Beja Henriques.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto quatro da mesma, *“Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento do QREN-EQ, de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA”*.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que no orçamento ainda em



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vigor, havia uma deliberação que determina que as Câmaras podem pedir dinheiro para a contrapartida nas obras financiadas pelo QREN, ou seja, pelos Fundos Comunitários. Acrescentou, ainda, que tal só acontece porque as Câmaras também estão proibidas de pedir dinheiro e de acordo com o orçamento anterior, ainda em vigor, a Câmara Municipal de Anadia tem uma capacidade de endividamento proveniente de um rateio atribuído a cada Município por ilustres economistas nacionais.-----

----- Portanto, em função disso, adiantou que a Câmara de Anadia teve um rateio, para este ano, de dois milhões e quatrocentos e tal mil euros. Conseguido o empréstimo, e a preços vantajosos, destacou a necessidade de, entretanto, não esgotar a capacidade de endividamento do Município e utilizar uma regra que constava do orçamento, que era o excepcionamento ao endividamento, o que queria dizer que o dinheiro que a Câmara irá conseguir, e que particularmente as Câmaras falidas têm pedido, senão não faziam obras, estava excepcionado pela lei do próprio Orçamento de Estado. Comentou, ainda, a concluir, que essa medida já se arrasta há bastante tempo, mas aquando da saída do anterior Governo, e porque se encontrava em gestão, não excepcionava, alegando não o poder fazer.-----

----- Continuando, explicou que o actual Governo não excepciona porque anda preocupado com o Orçamento e com a Troika, o que constitui um problema, pela simples razão de que o orçamento actual não permite às Câmaras um endividamento superior ao do ano em curso. Ora, comentou, se à Câmara Municipal de Anadia não é aprovado qualquer empréstimo, naturalmente que no ano seguinte não o poderia pedir, e, como resultado, não poderá realizar obras.-----

----- Não deixou de aproveitar a oportunidade para lamentar o facto de se penalizar quem trabalha, e quem não tem dívidas, explicando, por mais curioso que parecesse, que no caso de a Câmara Municipal de Anadia ter uma dívida de vinte e cinco milhões de euros, por exemplo, o Orçamento de Estado prevê que as Câmaras devedoras possam pedir dinheiro para amortizar e para gastar. A Câmara Municipal de Anadia, ao contrário, lamentou, é que, para além de não poder pedir dinheiro, em dois mil e doze, está ainda obrigada a indemnizar o que deve, que apesar de ser pouco, é algum.-----

----- Aproveitou, também, para dar a conhecer que tinha manifestado essa sua preocupação ao Senhor Secretário de Estado, precisamente no dia anterior, que lhe disse para aguardar mais uns dias pela análise que iria fazer à situação, por se tratar de um caso especial. No entanto, e por considerar que a Câmara Municipal não pode ficar dependente daquela resposta, estava a propor a sua utilização naquele empréstimo do BEI, que se encontrava aprovado, e que os Senhores Deputados, se assim entendessem, iriam aprovar, utilizando a capacidade de endividamento que tinha sido dada à Câmara por rateio no ano de dois mil e onze. Sublinhou, também, que se não o fizessem agora, não o poderiam fazer mais, uma vez que a Câmara Municipal perderia uma taxa de três vírgula novecentos e um, de juro final, muitíssimo pouco superior àquela que a Câmara tinha anteriormente, quando não havia crise, que era de três



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto quarenta e três.-----

----- Portanto, considerou ser uma boa oportunidade para tentar, pelo menos, ir buscar aquele dinheiro. Disse nada mais ter a dizer, que não chamar a atenção para o facto de se tratar de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento que muitas Câmaras gostariam de conseguir, que se encontrava já aprovado pela CCDR e pelo próprio Banco, ficando apenas a faltar a sua aprovação pela Assembleia municipal e, naturalmente, depois, o respectivo visto do Tribunal de Contas.-----

----- Propôs, assim, a concluir, e chamou também a atenção, quanto à importância para a Câmara Municipal de levar a efeito as obras do QREN, que não eram assim tão poucas, olhando só para as de saneamento, entre outras.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, passou a anunciar o voto favorável do Grupo Municipal do PS relativamente ao empréstimo em discussão, de acordo, aliás, com a posição tomada pelos Vereadores do PS na discussão prévia em reunião do Executivo Municipal.-----

----- Passou, entretanto, a referir que a questão que estava envolvida, do saneamento, sempre foi uma questão muito importante para o Partido Socialista, e sempre foi uma das bandeiras dos programas com que se submeteram às eleições. Aliás, sublinhou que o atraso na resolução daquela carência de infra-estrutura do concelho de Anadia sempre foi alvo das críticas do Grupo Municipal do PS, na Assembleia Municipal e nos meios de comunicação, e, portanto, declarou que o Grupo Municipal do PS pretendia manifestar a sua satisfação pela perspectiva que passavam a ter, entretanto, com aquele empréstimo, de ver finalmente prestes, e no bom caminho, a resolução de um problema que afecta a população do concelho.-----

----- Salvaguardou, no entanto, que claramente o ideal seria que o empréstimo não fosse necessário, mas uma vez que tinha de ser, e nas condições em que viam que estava negociado, declarou que dariam o seu voto favorável, por forma a que não houvesse nada que pudesse prejudicar ou comprometer a realização daquele investimento fundamental. Por fim, disse que os Deputados do Grupo Municipal do PS faziam votos, portanto, para que o empréstimo fosse bem utilizado e para que brevemente a conclusão daquela obra fosse uma realidade, há tanto tempo reclamada por eles para a melhoria do bem-estar da população do concelho.-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por se congratular em relação ao objectivo e à finalidade do empréstimo, assim como à taxa de juro que também considerava atractiva. A questão que disse pretender colocar era que tinham acabado de aprovar, há minutos, a terceira revisão dos documentos previsionais, e nessa previsão, eram transferidos do orçamento de dois mil e onze



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para dois mil e doze cinco milhões e quatrocentos mil euros. Nessa conformidade, disse que se colocavam dois problemas: ou o dinheiro estava lá e não existia, era transferido mas não existia, e o plano estava inflacionado nesse valor; ou então, havia ali qualquer coisa que não estava bem, porque se estavam a transferir de dois mil e onze para dois mil e doze cinco milhões e quatrocentos mil euros, e iam pedir um empréstimo de dois milhões e tal, ainda sobravam três milhões, o que disse deixar-lhe algumas dúvidas.-----

----- E ainda em relação a essa matéria, referiu que a Câmara ficaria quase no limite, de acordo com a informação da DGAL, com vinte e três mil e qualquer coisa euros de possibilidade de endividamento. Salvaguardando o facto de nada ter a ver com a gestão da Câmara, não deixou de constatar que tinha de olhar para os valores e, nessa medida, recordou que tinha sido contraído um empréstimo de quatro milhões para o Centro de Alto Rendimento e para as Escolas de Anadia, do qual ainda não tinha sido utilizado qualquer valor. Concluiu, assim, pedindo uma explicação sobre se se justificaria manter esse também e pedir mais dois milhões, sendo que aquele era mais atractivo, em princípio.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se congratular com a posição do Grupo Municipal do PS porque na verdade, toda aquela manobra económica que a Câmara Municipal estava a fazer era com o objectivo de ter o próximo orçamento devidamente fundamentado, de onde vem e para onde vai o dinheiro, e que viria, com certeza, dar corpo a essa grande empreitada, que tanto preocupava o Partido Socialista, e todos os munícipes do concelho de Anadia, que era o saneamento.-----

----- Portanto, considerou que a Câmara Municipal não poderia fazer de outra maneira, porque sem dinheiro não havia dinheiro, e porque pretendia continuar a pagar aos seus fornecedores e empreiteiros atempadamente, sem ligar a estatísticas. Aproveitou para reforçar que, na realidade, a Câmara de Anadia ainda continuava a pagar a pronto e o desejável seria mesmo, porque a Câmara também teria vantagem com isso, que os empreiteiros fossem rápidos a apresentar os seus autos de medição para demonstrar a capacidade de liquidez da Autarquia e porque a Câmara lhes quer pagar logo.-----

----- Referiu, ainda, que aqueles empréstimos não iriam, com certeza, ser uma das condições para pagar aos empreiteiros, mas poderiam ser, certamente, uma das razões de a Câmara não recorrer a mais obras dos Fundos Comunitários, porque não pretendia criar problemas ao seu Município e aos empreiteiros. Sublinhou, assim, que tinha explicado isso quando falava do empréstimo, que não tendo dinheiro, não concorria.-----

----- Portanto, declarou-se satisfeito com a posição do Grupo Municipal do PS, por ter visto a questão da mesma forma que ele, como Presidente da Câmara, tinha visto para aplicação do dinheiro, com o grande objectivo de que as empreitadas não fiquem por pagar.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em resposta ao Senhor Deputado Sidónio Simões, explicou que o dinheiro que o Senhor Deputado via, ainda não o tinha visto em lado algum, porque tinha sido retirado do orçamento dinheiro que não tinha sido recebido, ou porque a obra tinha ficado mais barata, ou até porque tinha sido emendada a comparticipação, concluindo que apenas o Senhor Deputado estava com dúvidas.-----

----- Na eventualidade de partir para a análise do Senhor Deputado Sidónio Simões, referiu que havia algo que teria de ser dito. Dando o exemplo de uma obra com uma despesa elegível de onze milhões, o Senhor Deputado sabia que havia saneamento, terrenos, ramais, e tantas outras coisas que não eram elegíveis. Portanto, se não pedisse dinheiro para todas essas despesas a realizar, nomeadamente para os ramais, porque não existe saneamento sem ramais, o que iria acontecer era que para ter a rede a funcionar, teria de tirar verbas de outras rubricas, através de revisões ou alterações orçamentais, esgotando, dessa forma, por completo o orçamento para outras rubricas, em favor do saneamento. Como tal, reforçou que aquele empréstimo teria de ser afectado ao saneamento, uma opção que entendia ser perfeitamente compreendida da parte dos Senhores Deputados.-----

----- A terminar, esclareceu não haver qualquer jogo, e tão somente uma tentativa de conseguir aquela verba por ser a única finalidade para a qual poderia pedir. Não poderia pedir dois financiamentos para a mesma obra, sob pena de a Câmara ser penalizada, sublinhou.-----

----- Dando continuidade ao período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, naquela que era, também, a sua primeira intervenção na sessão, recordou que a Câmara Municipal, naquele momento, tinha um endividamento financeiro na ordem de treze milhões de euros. E, à semelhança do que também tinha dito o Senhor Deputado Sidónio Simões, referiu que a Assembleia tinha aprovado, naquele ano, um empréstimo de quatro milhões que ainda não tinha sido utilizado, sendo que o que era entretanto proposto aos Senhores Deputados era mais aquele pedido de empréstimo, que já estava aprovado pelo BEI.-----

----- Assim, declarou que o Grupo Municipal da CDU só iria aprovar aquele empréstimo por duas razões: a primeira, porque traria melhoria às populações do concelho; segundo, porque traria, também, uma melhoria económica na criação de emprego, quando no concelho, na área das obras, já muitos empreiteiros estavam com a falência à porta.-----

----- Entretanto, aproveitou para tecer algumas críticas ao Governo, um Governo que disse ser contra as Autarquias, fazendo um ataque cerrado à criação e ao desenvolvimento criado pelas Autarquias Locais, que é um desenvolvimento mais visível e mais próximo das populações. E, como tal, disse, ainda, que o Governo fazia um ataque cerrado, inclusivamente a todas aquelas Autarquias que estavam classificadas no encarnado e que estavam expressamente proibidas de fazer qualquer empréstimo, salvaguardando não ser esse o caso da Câmara Municipal de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia.-----

----- Portanto, não querendo pôr em causa a gestão da Câmara, declarou que a posição da CDU, no momento, era a favor do empréstimo por aquelas duas simples razões: criação de emprego e melhoria das populações do concelho de Anadia.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu apenas que só pretendia que o Senhor Deputado João Morais tivesse o bom senso que teve, ao aprovar o empréstimo. E referiu, ainda, que nada mais lhe exigia, na medida em que estava a cumprir, não uma missão patriótica, como se usa dizer, mas a sua obrigação.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, passou a solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca de uma matéria que disse considerar importante, na medida em que também não gostaria de ver aquele empréstimo ferido de qualquer irregularidade, porque pretendia ver o saneamento resolvido. Assim, e referindo tratar-se de um pedido de empréstimo na ordem dos dois milhões e duzentos mil euros, e considerando que a capacidade de endividamento do Município era na ordem dos dois milhões e quatrocentos mil euros, disse que o que lhe parecia não estar totalmente de acordo era a deliberação camarária que dizia que o pedido de empréstimo seria até dois milhões e meio. Explicou, então, que a questão que colocava era se de facto aquela deliberação camarária estaria regular, uma vez que ultrapassava a capacidade de endividamento e, portanto, uma coisa era a deliberação camarária que ultrapassava o endividamento, outra coisa era efectivamente o pedido. Concluiu, então, que apesar de o pedido estar correcto, não lhe parecia que a deliberação camarária estivesse inteiramente correcta, que era, no fundo, o que fundamentava todo o pedido, pelo que gostaria de ser esclarecido quanto a essa matéria.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado disse que na sua anterior intervenção achava que tinha deixado claro que o objectivo a que se destinava o empréstimo não estava em causa, até porque gostaria muito de ler que Anadia estava coberta a cem por cento a nível de saneamento. O problema que se colocava ali, esclareceu, era precisamente o da transferência.-----

----- Em relação ao que o Senhor Presidente tinha dito sobre os ramais, afirmou que não pagava o ramal privado, mas se o projecto contemplasse os ramais públicos, eles faziam parte do financiamento. Concluiu que poderia ter sido cortado, mas isso não tinha sido transmitido.---

----- Ainda para acrescentar, recordou que na última sessão da Assembleia Municipal, quando,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quer o Grupo Municipal do PS, quer o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, tinham proposto uma diminuição de impostos, ou uma redução ligeira de impostos aos munícipes e às empresas, o Senhor Presidente justificou-a precisamente com a necessidade de financiar o saneamento. Ora, esclareceu não ver também problema algum no empréstimo, até por se tratar de um empréstimo fiscalizado pela Administração Central, que só pode ser gasto naquela obra. E, adiantou, ainda, que se o Senhor Presidente lhe disser que é para ter dinheiro em *cash* para pagar aos empreiteiros, concorda perfeitamente. Não obstante, disse ficar na mesma com dúvidas quanto à necessidade, em função dos empréstimos que a Câmara tem contratados e que não foram até agora utilizados.-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que entendesse por necessários.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, esclareceu que o empréstimo era de zero a dois e meio e tinha que ver, naturalmente, o pedido do Município. No entanto, informou que a proposta já estava elaborada no valor de dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e dois euros e três cêntimos, é era isso que estava a ser pedido.-----

----- Informou, ainda, o Senhor Deputado de que não poderia ser suficiente, porque de acordo com o mapa de consulta, a participação do QREN é de sete milhões, seiscentos e três mil, e a contrapartida nacional é de três milhões, trezentos e trinta e sete mil, o que queria dizer que só ali estava englobado todo o fundo. No entanto, não deixou, também, de reconhecer que a Câmara não precisaria de todo aquele dinheiro porque, como o Senhor Deputado saberia, os ramais eram pagos, não na sua totalidade, mas eram pagos. Portanto, chamou a atenção para a necessidade de mais dinheiro, por se tratar de obras em pequenas zonas das aldeias, ou até da cidade, que não estavam cobertas por aquela candidatura, que tinham de ser feitas e onde também era gasto dinheiro em ramais.-----

----- A finalizar, disse pretender tranquilizar o Senhor Deputado e reafirmar, também, que o procedimento estava dentro da legalidade, recordando o que tinha dito o Senhor Deputado Sidónio Simões, que se tratava de uma situação controlada superiormente, pela própria CCDR, que dá o aval pelas Câmaras àquele tipo de empréstimo com aquela entidade bancária. Concluiu ser como que uma fiança que a CCDR dava à Câmara Municipal de Anadia, porque efectivamente reconhece na Câmara de Anadia uma situação favorável em relação ao endividamento.-----

----- Quanto às perguntas do Senhor Deputado Sidónio Simões, referiu tratar-se da gestão efectuada pela maioria no Executivo, relativamente à qual não tem tido problemas. Reforçou, ainda, que considerava que estava tudo bem, mas juro é que não queria pagar. Queria, sim, pagar obras, mas não juro.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Reconheceu, no entanto, que o ideal seria evitar levantar os dinheiros, porque, assim, a Câmara não ficaria a devê-los. Confirmou, também, que os mesmos estavam autorizados, e que não tinham sido utilizados, mas adiantou que nunca tinha mostrado vontade de esgotar rápido o cofre da Câmara. E concluiu, afirmando que sempre procurou cumprir com seriedade, e com a tal legalidade que o Senhor Deputado referia, aquilo a que estava obrigado.-----

----- Não tendo sido apresentados mais pedidos para intervir no âmbito da discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu esse período de discussão por encerrado e submeteu o ponto à votação do Plenário.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que o pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento do QREN-EQ, apresentado de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovado por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, de todos os Grupos Municipais, encontrando-se presentes na sala trinta e cinco Senhores Deputados e a faltar o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, André Miguel Matos Beja Henriques.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia.-----

----- Subsequentemente, passou a apresentar o ponto cinco da mesma, "*Tomar conhecimento do parecer emitido pelo Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município, nos termos da alínea d), do n.º 3, do Artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais*".-----

----- Apresentado o ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o documento que tinha sido disponibilizado a todos os Senhores Deputados dizia respeito ao primeiro semestre do ano em curso e fazia parte do documento que a Assembleia Municipal iria aprovar em Abril referente à prestação de contas de dois mil e onze, e não carecia de qualquer aprovação da Assembleia Municipal, uma vez que se tratava apenas de uma tomada de conhecimento.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou, ainda, que a sessão extraordinária prestes a terminar tinha sido convocada de acordo com a alínea a), do n.º 1, do Artigo 26.º, do RAMA, a pedido do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Entretanto, deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, através da Senhora Deputada Maria Lúcia Braga Araújo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do RAMA, para aprovação em minuta dos pontos um, dois, três e quatro da ordem do dia.-----

----- Depois de submeter à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos um, dois, três e quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, de todos os Senhores Deputados presentes dos Grupos Municipais do PPD/PSD, do PS, da CDU e do CDS-Partido Popular.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Antes de dar por terminada a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de seis de Dezembro de dois mil e onze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia a documentação que vinham fazendo chegar via Assembleia de Freguesia, sobre a discussão do livro verde quanto à alteração do território municipal.-----

----- Aproveitou, igualmente, para chamar a atenção dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para o facto de que continuariam a aguardar até à sexta-feira que se seguia pelos documentos assinatura da moção do STAL, que se opunha à redução dos funcionários públicos nas Autarquias e à revisão do território, porquanto tinha sido dito que os mesmos poderiam apensados e enviados juntamente com o documento da Assembleia Municipal.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão extraordinária, quando eram dezasseis horas e nove minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -
